

Reflexões sobre os estudos de criminalidade e segurança pública: o papel do projeto Erasmus-Success na UFMG

Ludmila Ribeiro & Davidson Novais

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP). Universidad Federal de Minas Gerais

Ribeiro, L. (2025). Reflexões sobre os estudos de criminalidade e segurança pública: o papel do projeto Erasmus-Success na UFMG. *Revista Electrónica de Criminología*, 10-02, 1-13.
<https://doi.org/10.30827/rec.10.34164>

RESUMO: Este artigo busca refletir sobre os estudos de criminalidade e segurança pública na Universidade Federal de Minas Gerais, a partir da experiência do curso de especialização reformulado em decorrência do projeto Erasmus-Success, realizado entre 2020 e 2023. Para tanto, nos valem dos relatórios dos pacotes de trabalho do próprio projeto, além dos dados extraídos dos questionários socioeconômicos dos discentes matriculados no curso em 2023, das justificativas para a desistência e, ainda, de entrevistas semiestruturadas realizadas com voluntários que ainda estão matriculados como estudantes do curso em 2024 sobre os aspectos positivos e negativos desta formação. Os resultados revelam os impactos positivos do projeto Erasmus-Success na formação em criminologia dentro do CRISP/UFMG, mas ressaltam a necessidade de uma abordagem mais sensível às temáticas decoloniais e uma possível reformulação do curso de especialização para melhor atender às necessidades dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Criminalidade; Segurança pública; Formação; Especialização; Erasmus-Success

REFLEXIONES SOBRE LOS ESTUDIOS DE DELINCUENCIA Y SEGURIDAD PÚBLICA: EL PAPEL DEL PROYECTO ERASMUS-SUCCESS EN LA UFMG

RESUMEN: Este artículo pretende reflexionar sobre los estudios de criminalidad y seguridad pública en la Universidad Federal de Minas Gerais, a partir de la experiencia del curso de especialización reformulado como resultado del proyecto Erasmus-Success, realizado entre 2020 y 2023. Para ello, nos basamos en los informes de los paquetes de trabajo del propio proyecto, así como en los datos extraídos de los cuestionarios socioeconómicos de los alumnos matriculados en el curso en 2023, las justificaciones de abandono y las entrevistas semiestructuradas realizadas a los voluntarios que siguen matriculados como alumnos en el curso en 2024 sobre los aspectos positivos y negativos de esta formación. Los

resultados revelan los impactos positivos del proyecto Erasmus-Success en la enseñanza de la criminología dentro del CRISP/UFMG, pero subrayan la necesidad de un enfoque más sensible a los temas decoloniales y una posible reformulación del curso de especialización para responder mejor a las necesidades de los estudiantes.

PALABRAS CLAVE: Delincuencia; Seguridad pública; Educación; Especialización; Erasmus-Success

REFLECTIONS ON CRIME AND PUBLIC SAFETY STUDIES: THE ROLE OF THE ERASMUS-SUCCESS PROJECT AT UFMG

ABSTRACT: This article aims to reflect on the studies of crime and public security at the Federal University of Minas Gerais, based on the experience of the specialization course reformulated as a result of the Erasmus-Success project, carried out between 2020 and 2023. To do so, we rely on the reports of the work packages of the project itself, as well as data extracted from the socio-economic questionnaires of the students enrolled in the course in 2023, the justifications for dropping out, and semi-structured interviews conducted with volunteers who are still enrolled as students in the course in 2024 regarding the positive and negative aspects of this training. The results reveal the positive impacts of the Erasmus-Success project on criminology education within CRISP/UFMG but emphasize the need for a more sensitive approach to decolonial themes and a possible reformulation of the specialization course to better meet the needs of the students.

KEYWORDS: Crime; Public security; Education; Specialization; Erasmus-Success

FECHA RECEPCIÓN REC: 29/02/24

FECHA PUBLICACIÓN REC: 10/06/25

AUTOR/A CORRESPONDENCIA: Ludmila Ribeiro
ludmila.ribeiro@gmail.com

SUMMARY: 1. Introdução; 2. O curso de especialização do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública; 3. O curso de especialização da rede Erasmus-Success: desafios de uma nova proposta; 4. A primeira turma do curso de especialização Erasmus-Success: lições para a continuidade?; 5. Considerações finais

1. Introdução

Num texto publicado em 2023, sobre as novas trajetórias da criminologia na América Latina, David Goyes e Máximo Sozzo (2023) se perguntam qual seria o papel do projeto Erasmus-Success no fortalecimento da criminologia na América Latina, especialmente, em termos das atividades de ensino para os profissionais de segurança pública, justiça criminal e execução penal. O projeto Erasmus-Success foi uma rede construída entre Universidades sul-americanas, portuguesas e espanholas, para, a partir do financiamento da União Europeia, fortalecer a criminologia através de novos cursos que seriam formatados nesta cooperação. O objetivo do financiamento seria enfrentar os desafios relacionados à insegurança pública, capacitando grupos relevantes na América Latina para lidar com esse problema, especialmente nas instituições de ensino superior dos países parceiros.

O projeto aprovado pela União Europeia previa quatro estratégias acadêmicas principais: (i) visitas de estudo de acadêmicos latino-americanos a instituições europeias, com vistas a compreender como ocorre a formação em criminologia em Portugal e Espanha com vistas a mimetizar essas iniciativas nos países latino-americanos participantes (Brasil, Colômbia e Peru), (ii) visitas de ensino de criminologistas europeus à América do Sul, para a realização de workshops em que as questões pedagógicas seriam trabalhadas junto aos professores das universidades brasileiras, peruanas e colombianas, (iii) o desenvolvimento e implementação de currículos de criminologia nas universidades latino-americanas aplicando conhecimentos da criminologia europeia, que é exatamente a experiência a ser relatada aqui, e o (iv) o estabelecimento de uma rede de criminologia envolvendo acadêmicos europeus e latino-americanos para que o projeto possa se tornar sustentável em termos de sua continuidade para além do financiamento pela União Europeia, que alocou um milhão de euros nesta parceria.

No entanto, Goyes e Sozzo (2023) destacam que essa visão apresenta alguns problemas, especialmente num contexto em que as criminologias decoloniais se tornam cada vez mais pujantes no contexto norte-americano. Os autores destacam, assim, que o projeto seria mais uma iniciativa de importação de perspectivas criminológicas do Norte Global na América Latina. Desde a Segunda Guerra Mundial, órgãos da ONU

influenciaram as políticas de controle de crimes no continente. Exatamente por isso, são diversas as críticas de acadêmicos latino-americanos a perspectivas criminológicas estrangeiras na região, descoladas da desigualdade e das vulnerabilidades de uma região que possui as marcas do colonialismo e da escravidão, para além das fragilidades do Estado de Direito ainda em construção (Carrington; Hogg; Sozzo, 2016).

Nesta discussão, Lola Aniyar de Castro (1985) foi uma das primeiras autoras a destacar a necessidade de uma criminologia com sotaque latino-americano, no sentido de que qualquer estratégia de criação de novos cursos formativos deveria contar com uma comunicação criminológica recíproca, sem predominância de relações superiores-inferiores como historicamente tinha acontecido na região. Afinal, a história que se colocava até o final do século XX era sempre de importações do norte para o sul, com efeitos bastante desastrosos em termos de criminalização da pobreza e de seletividade jurídico-penal nas populações outrora escravizadas, como indígenas e negros.

Com base na revisão de programas de curso e, ainda, de pesquisas publicadas em distintos países latino-americanos, Rosa del Olmo (2004) argumenta que o desenvolvimento da criminologia na América Latina pode ser dividido em quatro diferentes períodos-chave que refletem mudanças nas perspectivas teóricas e nas abordagens metodológicas adotadas. Inicialmente, o positivismo criminológico, que se estende aproximadamente de 1886 a 1940, mas ainda hoje possui um impacto significativo na região. Argentina e Brasil foram os primeiros a receberem essa influência, resultando em processos complexos de tradução e adaptação, além de algumas inovações locais. No caso brasileiro, a ideia de tratar desigualmente os desiguais, que servia para justificar o maior rigor com crimes cometidos por negros em comparação com brancos permanece como uma máxima jurídica ainda na atualidade (Alvarez, 2002). Na Colômbia, essa abordagem chegou um pouco mais tarde, na década de 1930, através da influência de elites intelectuais que retornaram da Europa.

Após a Segunda Guerra Mundial, entre as décadas de 1940 e 1960, houve uma transição na criminologia latino-americana, em razão da maior disponibilidade de bolsas de estudo europeias para latino-americanos, com destaque para o programa Erasmus (Goyes e Sozzo, 2023). Nesse período, observou-se uma mudança para uma perspectiva mais psicológica em relação ao crime, com a inclusão de inúmeros instrumentos para mesurar a existência de uma “personalidade tendente ao crime”, o que seria importante especialmente no estabelecimento das sanções, o que reforçava mais uma vez a ligação entre saber criminológico e segurança de Estado (Olmo,

1999). A partir da década de 1970, segundo Rosa del Olmo (2004), houve uma crescente influência das visões sociológicas norte-americanas sobre o desvio como algo socialmente construído, isto é, resultado de disputas numa ordem social, mas na qual a elite, em razão de sua posição dominante, conseguia impor os conceitos de crime (e as sanções) sobre os mais pobres. A partir de então emerge no continente o que ficou conhecido como a criminologia crítica ou de libertação, ensinada principalmente nas faculdades de direito da Venezuela, Colômbia, México, Brasil e Argentina, durante o período ditatorial que marcou a região latino-americana (Olmo, 1999). Como boa parte desses governos autoritários se fundava numa “guerra” contra o inimigo “comunista”, com amplo apoio do governo norte-americano, a criminologia se torna uma espécie de saber subversivo, que deveria ser contido pelo Estado (Huggins, 2013). Assim, se a criminologia da libertação era uma abordagem profundamente crítica em relação às estruturas de poder estabelecidas, buscando compreender as causas sociais do crime e propondo formas de transformação social, as políticas governamentais respondiam com a criação de instrumentos tipicamente positivistas ou psicológicos, com a ampla disseminação do “exame criminológico” em todas as etapas da persecução penal (Castro, 1985).

Nos anos 1990, com a transição para os regimes democráticos e a melhoria da contabilidade oficial dos problemas relacionados ao crime e à segurança pública, a sociologia, a antropologia e a ciência política, para além do direito, passaram a se interessar cada vez mais pela criminologia (Alvarez, 2002). Neste diapasão, a discussão passou a ser (i) como reduzir a força do positivismo, especialmente o de cunho lombrosiano, para entendimento das causas sociais do crime, e (ii) como estruturar políticas de prevenção e repressão ao crime que não fossem a replicação de modelos fracassados em outros países, mas que dessem conta do crescimento do Estado de Bem Estar Social da região *vis-à-vis* o aumento do investimento em policiamento, cortes de justiça e crescimento da população penal (Carrington; Hogg; Sozzo, 2016). O tom do debate passou a ser um diálogo com autores como David Garland e Loic Wacquant, mas destacando as especificidades de países que, pela primeira vez, estavam diante da oportunidade de construir um Estado Democrático de Direito. É neste momento que muitos centros acadêmicos começaram a se envolver com a questão criminal, criando cursos de especialização com vistas à capacitação de funcionários do sistema de segurança pública, justiça criminal e execução penal (Goyes, Sozzo, 2023).

Logo, é possível afirmar que a criminologia latino-americana que nasce no início do século XXI é de cunho eminentemente aplicado, tanto em termos de validação de perspectivas teóricas por meio de dados empíricos,

como também por meio de uma maior penetração de ideias acadêmicas para a formulação e avaliação de políticas públicas. No entanto, o desafio persiste em distinguir ideias endógenas de proposições estrangeiras, dada a complexidade das trocas globais de conhecimento. Para fazer frente a este desafio, foi gestado e implementado o projeto Erasmus-Success que se propõe a fortalecer a criminologia na América Latina por meio da colaboração internacional e da transferência de conhecimentos entre universidades portuguesas e espanholas (de um lado) e universidades brasileiras, colombianas e peruanas (de outro e destinatárias do conhecimento europeu). No âmbito deste artigo, o objetivo é apresentar algumas reflexões sobre os estudos de criminalidade e segurança pública dentro da Universidade Federal de Minas Gerais a partir da experiência do curso de especialização, que foi reformulado em razão do projeto Erasmus-Success, desenvolvido por essa instituição entre os anos de 2020 e 2023.

Para tanto, o texto está dividido em cinco seções. Na primeira, falamos um pouco sobre as inspirações do projeto Erasmus-Success e seus objetivos, sendo que na subsequente abordamos as questões relacionadas ao Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública sediado na UFMG. Na terceira parte, detalhamos todo o processo de desenvolvimento do novo curso de especialização e, em seguida, analisamos os perfis dos ingressantes do curso em 2023, a partir do convênio Erasmus-Success, bem como as razões para desistência e, ainda, as possibilidades e limites da formação oferecida, para a melhoria do trabalho realizado pelos profissionais de segurança pública no Brasil. Por fim, são apresentados os desafios que se colocam com o encerramento do financiamento da União Europeia em dezembro de 2023 e a seleção de uma nova turma para o Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, sediado no CRISP/UFMG, em 2024.

2. O curso de especialização do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

Desde a década de 1970, a sociologia do crime tem procurado construir ferramental teórico e empírico para desconstruir uma das associações mais perversas dentro do campo da segurança pública: a equivocada ideia de que pobreza produz crime (Ribeiro & Teixeira, 2018) e que os negros seriam mais tendentes ao crime (Adorno, 1995). Como destaca Marques (2017), os trabalhos seminais de Edmundo Campos Coelho, Antônio Luiz Paixão, Alba Zaluar, Sérgio Adorno e Eliana Bordini marcaram de forma inequívoca a forma como a academia brasileira pensa, constrói e analisa as políticas públicas de segurança. O problema é que eles ainda reverberam pouco dentro das agências de

segurança pública e justiça criminal (Campos & Alvarez, 2017).

Antônio Luiz Paixão, fundador do CRISP/UFMG, foi um dos primeiros a atentar para como a violência se beneficia de profissionais mal preparados para o exercício de sua função (Vasconcellos, 2017). Ainda na década de 1980, criou uma experiência pioneira de levar policiais militares de Minas Gerais para dentro de uma instituição acadêmica. A proposta era democratizar a forma de pensar e, por conseguinte, de agir desses funcionários públicos, única maneira de desnaturalizar o autoritarismo socialmente implantado dentro das polícias militares (Kant de Lima, 2013). Foi desta experiência que nasceu o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), que foi formalmente instituído como órgão vinculado ao Departamento de Sociologia no ano de 1996 e hoje se destaca como uma referência nacional na análise e no desenvolvimento de iniciativas voltadas para o estudo da violência e da criminalidade no Brasil (Ribeiro; Correa, 2013).

Os principais objetivos do CRISP/UFMG são produzir conhecimento acadêmico sobre os problemas da violência e da criminalidade e auxiliar na formulação, implementação e avaliação de políticas de segurança pública em Minas Gerais e no Brasil. Ao longo dos anos, o centro coordenou diversos projetos nacionais e internacionais voltados para o entendimento das dinâmicas criminais, o funcionamento das organizações policiais e a estruturação de programas de gestão, monitoramento e avaliação de intervenções para a redução da violência. Entre essas, destacam-se duas políticas públicas bem-sucedidas desenvolvidas pelo CRISP/UFMG e implementadas no estado de Minas Gerais. O programa Fica Vivo!, iniciado como um projeto piloto e posteriormente expandido para se tornar um programa estadual em 2003, tem sido eficaz na prevenção de homicídios entre jovens em diferentes municípios mineiros, sendo uma das poucas iniciativas do gênero com longa duração (Ferreira, Rossini, Oliveira, 2022). Da mesma forma, o IGESP, uma estratégia de gestão para resultados na segurança pública, focada no monitoramento de homicídios para avaliar a efetividade das intervenções policiais, continua sendo uma referência para outros estados, que procuram mimetizar essa estratégia com vistas a construir espaços mais seguros (Sapori, 2007).

Ao longo de sua história, o CRISP/UFMG ofereceu 11 Cursos de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Tabela 1). Alguns deles foram demandados por órgãos específicos (como a Polícia Militar, a Polícia Civil ou a Secretaria de Estado de

Defesa Social). Outros foram financiados diretamente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, como parte das atividades da RENAESP (Lima et al, 2016). Alguns pontos que merecem ser destacados na Tabela 1, dizem respeito ao fato de que o CRISP/UFMG foi a primeira instituição brasileira a formatar um curso de especialização voltado para a capacitação de profissionais de segurança pública e justiça criminal, a partir de uma criminologia que fosse mais baseada em evidências e, conseqüentemente, voltada para a solução de problemas (Beato, 2008).

Neste ponto, destaca-se inicialmente a contribuição significativa da Fundação Ford, que financiou o primeiro Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública na Universidade Federal de Minas Gerais, ainda no ano de 2001, quando sequer existia um plano nacional sobre a temática. O apoio da Fundação Ford não apenas possibilitou a inovação na criação do curso, mas também abriu caminho para a formação de multiplicadores, posto que pessoas de distintos estados do país participaram desse treinamento e se tornaram professores (e conseqüentemente divulgadores do conteúdo) em suas localidades de origem. Ao investir nesse programa pioneiro, a Fundação Ford possibilitou a disseminação do conhecimento adquirido para outras localidades, ampliando assim o impacto das iniciativas de capacitação em estudos de criminalidade e segurança pública (Beato, 2008).

Tabela 1 – Turmas do Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública do CRISP/UFMG antes do projeto Erasmus-Success

Ano	Financiador	Total de Concluintes
2001	Fundação Ford	40
2002	Polícia Militar de Minas Gerais	40
2003	Polícia Civil de Minas Gerais	41
2005	Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)	32
2006	Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)	40
2006	Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ)	43
2007	Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)	45
2008	Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ)	49
2009	Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)	38
2014	Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ)	33
2015	Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ)	40

Fonte: elaboração própria

Além da Fundação Ford, outros financiadores desempenharam um papel crucial na viabilização dos cursos ao longo dos anos. A aproximação do CRISP do governo do estado de Minas Gerais, quando da criação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) em 2003, fez com que fossem formatadas duas turmas separadas: uma para a Polícia Militar e outra para a Polícia Civil, sendo que em ambas a tônica do curso era o uso de evidências em segurança pública para a solução de problemas. Foi neste período que veio a público a primeira matriz nacional para a formação dos profissionais da área de segurança pública, que tem como inspiração os resultados dos cursos concebidos pelo professor Antônio Luiz Paixão, em parceria com a Fundação João Pinheiro, além dos primeiros cursos de especialização estruturados pelo CRISP no começo dos anos 2000. A matriz foi adotada pelas 27 unidades da federação para promover atividades formativas destinadas a policiais militares, policiais civis e bombeiros militares em todo o Brasil (Ballesteri, 2010, p. 2).

No bojo da adoção da matriz, a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) decide financiar o primeiro Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, a ser ministrado pela UFMG com vistas à formação de distintos atores. Logo, em 2005, é retomada a perspectiva de multiplicadores de conteúdo em suas instituições, com a construção de uma turma de alunos que incluía policiais militares, policiais civis e bombeiros militares de todo estado de Minas Gerais. Os resultados alvissareiros dessa experiência não passaram despercebidos pela Secretaria Nacional de Justiça e Segurança Pública, que, em 2006, repassou ao CRISP o primeiro financiamento nacional para a formação de atores distintos, posto que os alunos do curso de especialização passaram a incluir desde o público tradicional (as polícias estaduais) até os

gestores municipais, perpassando por importantes lideranças da sociedade civil.

Em 2007, entra em vigor o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), que transformado em lei, se tornou um mecanismo de indução de arranjos mais cooperativos entre as instituições de segurança pública (Madeira, Rodrigues, 2015). O artigo 2º do Pronasci, conforme redação dada pela Lei nº 11.707 de 2008, estabelece que o programa se destina a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, bem como estabelecer políticas sociais e ações de proteção às vítimas. Trata-se, então, de uma nova abordagem para o curso de especialização, que passa a contar com novas temáticas, como a questão da violência doméstica e intrafamiliar, recém inserida no arcabouço normativo brasileiro pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e os problemas da indefinição da quantidade de drogas para a diferenciação entre usuários e traficantes, trazidas pela Lei 11.346/2006. Não à toa, tanto a SEDS como a SENASP/MJ vão financiar a oferta de novos cursos de especialização, com foco em temáticas que eram então desconhecidas por parte dos operadores de segurança pública, justiça criminal e execução penal.

Já em 2013, a matriz nacional para a formação dos profissionais da área de segurança pública passou por uma reformulação abrangente, impulsionada por uma avaliação do que havia sido alcançado com a versão anterior e das áreas que ainda necessitavam de aprimoramento, sendo influenciada pela Rede de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP). A RENAESP foi uma política pública do governo federal que perdurou por 15 anos, priorizando o financiamento de cursos de pós-graduação *lato sensu* em segurança pública, realizados por Instituições de Ensino Superior (IES) com foco na pesquisa em criminalidade e segurança pública. Como instituição integrante da

RENAESP, o CRISP/UFMG oferta duas turmas do Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, sendo que em ambas, além de os discentes serem dispensados do pagamento de mensalidades, eram oferecidas bolsas-formação, cujos valores eram altamente variáveis a depender da ocupação do estudante. É importante destacar que um novo perfil de profissional se faz presente nas edições do curso de especialização sob a batuta da RENAESP, qual seja, os guardas municipais, que passam a ser cada vez mais enredados em tarefas de prevenção ao crime com o maior protagonismo do município na área de segurança pública.

A tabela 1 faz, de certa forma, um resumo dessa história do curso de especialização antes do projeto Erasmus-Success, indicando como a variedade de financiadores, de certa forma, demonstra o interesse e o comprometimento de diferentes instâncias governamentais e organizações na promoção da formação em estudos de criminalidade e segurança pública. Ao longo dos anos em que o curso de especialização existiu com o financiamento de atores governamentais, sua oferta estava orientada pela necessidade de capacitação de operadores do sistema de segurança pública, bem pelo engajamento de diferentes segmentos da sociedade na busca por soluções para os desafios enfrentados nesse campo.

Em termos de perfil dos egressos do curso de estudos de criminalidade e segurança pública entre 2001 e 2015, 44% eram policiais militares, 33% eram policiais civis, 8% eram pessoas oriundas da sociedade civil e 8% eram gestores estaduais ou municipais que atuavam com essas temáticas. Todas as turmas primaram pela diversidade de formação, como forma de estreitar o diálogo que muitas vezes não acontece em âmbito operacional (Soares, 2007), contribuindo para a melhor integração de atividades e serviços na área da segurança pública (Sapori, 2007).

Após 15 anos de oferta do curso de especialização, a leitura que fizemos ao final da parceria com a RENAESP foi que precisávamos reformular o material didático e as aulas propriamente ditas, de forma a reestruturar o curso numa lógica de formação que fosse mais próxima dos novos desafios e conteúdos que se colocavam no final da década de 2010. Foi neste espírito que passamos a integrar o projeto Erasmus-Success, de fortalecimento do ensino da criminologia na América do Sul, por meio da parceria estabelecida com instituições espanholas e portuguesas.

3. O curso de especialização da rede Erasmus-Success: desafios de uma nova proposta

No âmbito desta cooperação, a proposta inicialmente desenvolvida pelo CRISP/UFMG se propunha a estruturar conhecimentos provenientes de diversas

áreas, como sociologia, psicologia, medicina, economia, estatística, geografia e pedagogia, com vistas a desconstruir o formalismo jurídico que permeia boa parte da formação inicial dos profissionais de segurança pública, justiça criminal e sistema prisional. A proposta incluía uma grade de disciplinas obrigatórias, totalizando dez cursos, que correspondiam, de alguma forma, às principais lacunas identificadas nos estudos sobre formação de recursos humanos em segurança pública e justiça criminal (Lima et al, 2016). O curso enfatizava fortemente a parte metodológica, pois partia do reconhecimento de que a informação é o componente fundamental para a avaliação de impactos, algo que ainda tende a não acontecer quando falamos de intervenções nesta seara (Kopittke, Ramos, 2021).

Logo, ainda em 2020, a proposta do novo Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública era voltada ao oferecimento de uma formação mais embasada em evidências e menos baseadas em impressões sobre o que funciona ou não. Compreendia um total de 360 horas, distribuídas em três partes distintas. Na primeira fase, denominada "Horas Formativas", os participantes teriam acesso a 180 horas de conteúdo, abordando temas fundamentais como teorias criminológicas, métodos e técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas, geoprocessamento e análise criminal, além da avaliação de políticas públicas. Na sequência, na etapa denominada "Horas Informativas", seriam disponibilizadas 90 horas para explorar tópicos relacionados a projetos de prevenção em segurança pública, organizações do sistema de justiça criminal e o sistema prisional. Por fim, a última fase do curso, denominada "Especialização", contemplaria 90 horas dedicadas a disciplinas optativas, quando os participantes teriam a oportunidade de escolher temas específicos de acordo com seus interesses e necessidades, permitindo uma maior especialização em áreas específicas dentro do campo da criminologia e segurança pública. Adicionalmente, seria reservado um período de 60 horas para a elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC), quando os discentes deveriam aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso em um projeto prático e original, consolidando os aprendizados e contribuindo para o avanço do conhecimento na área.

No entanto, ao final do primeiro ano do projeto Erasmus-Success, o curso precisou ser profundamente revisado em razão do mapeamento de necessidades, conduzido pelo Instituto Crimina, da Universidade de Elche, com vistas à criação de cursos que fossem mais ancorados, por um lado, nas capacidades dos professores e, por outro, nas demandas do mercado de trabalho. Inicialmente, os resultados da pesquisa realizada com 100 estudantes de graduação da UFMG com interesse pela temática e 100 profissionais de

segurança pública (policiais), justiça criminal (promotores, defensores públicos e juízes), técnicos de políticas públicas e lideranças da sociedade civil ao longo do mês de julho de 2020, apontaram diversas temáticas que nosso curso deveria abordar. Entre elas, várias não estavam inicialmente incluídas, tais como antropologia jurídica, vitimologia, abordagens psicológicas e direito (penal e processual penal). Esses resultados indicavam a importância de ampliarmos a abrangência do curso para garantir uma formação mais completa e alinhada às necessidades reais dos profissionais que atuam nesses campos.

Durante o processo de mapeamento das demandas na área de segurança pública e justiça criminal, nos meses de agosto e setembro de 2020, foram realizados grupos nominais, uma técnica de pesquisa qualitativa que visa explorar e identificar temas relevantes por meio da discussão em grupo (Vander Laenen, 2015). Cada grupo nominal contou com a participação de 10 integrantes, sendo cinco convidados pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e cinco pela Universidade de São Paulo (USP). Todos os encontros foram mediados pelo Crimina da Universidad de Elche, proporcionando um ambiente neutro e facilitador para as discussões.

Nos grupos nominais, os participantes representavam diferentes áreas de interesse, incluindo pesquisadores, profissionais da polícia, representantes da sociedade civil, gestores de segurança pública e especialistas em vitimologia e prisão. Cada grupo tinha como objetivo discutir e identificar as demandas específicas relacionadas à sua área de atuação e expertise. Assim, os pesquisadores enfatizaram a necessidade de abordagens transversais e integradas nos estudos de criminalidade e segurança pública, destacando a importância da colaboração entre diversas disciplinas. Já os profissionais da polícia expressaram interesse em explorar modelos de ação policial para aprimorar suas práticas operacionais. Os representantes da sociedade civil, por sua vez, demonstraram preocupação com as consequências do aprisionamento em massa e buscaram identificar boas práticas para lidar com esses desafios. Os gestores de segurança pública discutiram questões relacionadas à gestão de organizações públicas e privadas de segurança, buscando soluções para os desafios administrativos do setor. Os especialistas em vitimologia destacaram a importância de abordar temáticas específicas, como violência contra mulheres, crianças e adolescentes, bem como questões de gênero, racismo e controle social. Por fim, os participantes interessados na área prisional buscaram compreender e abordar os desafios da gestão prisional e das dinâmicas da execução penal.

A partir do mapeamento de necessidades conduzido pelo Crimina ao longo do ano de 2020, a proposta do curso de especialização passou por uma reestruturação

significativa, que foi apresentada aos membros do consórcio Erasmus-Success no início do ano de 2021. O novo curso foi dividido em diversos módulos, cada um com foco em áreas específicas relacionadas à criminologia e segurança pública. O módulo básico, com duração de 135 horas, passou a abordar temas fundamentais para a compreensão do campo, incluindo teorias criminológicas, fundamentos de estatística e ciência de dados aplicados à criminologia, demografia do crime, métodos em criminologia e abordagens psicológicas do crime e da lei. Essa base teórica e metodológica proporciona aos alunos uma visão abrangente das causas do crime, técnicas de análise de dados, demografia criminal, métodos de avaliação de políticas e aspectos psicológicos do comportamento criminoso.

Além do módulo básico, o curso também passou a oferecer uma ênfase na segurança cidadã, com uma abordagem transversal de gênero, racismo e direitos humanos, além de explorar o papel do espaço urbano no policiamento e nas políticas de segurança pública. Nesta etapa seriam oferecidas disciplinas voltadas à prevenção ao crime, com foco em estratégias de prevenção, políticas criminais e resolução de conflitos, bem como em questões relativas à administração da lei e controle social, com estudos de sociologia jurídica, antropologia jurídica, justiça juvenil e racionalidade penal moderna. Por fim, o curso passou a contar com um módulo dedicado ao sistema prisional, explorando as consequências das políticas penais, sistemas prisionais comparados, dinâmicas da execução penal e políticas relacionadas aos egressos do sistema prisional e socioeducativo. Essa abordagem multidisciplinar e abrangente visava fornecer aos alunos uma compreensão holística dos desafios e questões enfrentados no campo da criminologia e segurança pública.

Assim como na proposta anterior, o novo curso também prevê um período dedicado ao desenvolvimento do TCC, no qual os alunos terão a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em um projeto de pesquisa original ou na análise de um problema prático no campo da criminologia e segurança pública. Com essas mudanças, o curso passou de uma carga horária de 360 horas para uma carga horária de 480 horas, com vistas a acomodar todas as demandas pontuadas ao longo do processo de mapeamento de necessidades. O público-alvo do curso continuou formado por operadores do direito penal, policiais (militares, civis, federais e penais) e guardas municipais, gestores públicos municipais, estaduais e federais, bem como membros da sociedade civil interessados em aprofundar seus conhecimentos nessa área.

A nova proposta do Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública do

CRISP/UFMG foi validada pelos membros do consórcio Erasmus-Success em março de 2021, quando foram iniciados os trabalhos acadêmicos de preparação dos conteúdos didáticos e pedagógicos. Inicialmente, os programas foram concebidos por docentes doutores, nas temáticas de sua especialidade dentro da UFMG, garantindo uma base sólida e relevante para os conteúdos abordados. Posteriormente, no segundo semestre de 2021, esses documentos foram submetidos a uma revisão minuciosa por professores doutores com vasta experiência no ensino das respectivas temáticas em Portugal e Espanha. Essa colaboração internacional trouxe uma perspectiva ampla e enriquecedora para o desenvolvimento do curso, assegurando a qualidade e a relevância dos conteúdos apresentados aos alunos. Os programas de disciplinas foram, finalmente, apresentados ao consórcio Erasmus-Success em março de 2022, quando foram aprovados, para início do trâmite relacionado à sua aprovação dentro da UFMG.

Em maio de 2022, foi encaminhada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFMG a proposta pedagógica para aprovação do curso de especialização. A modalidade de oferta seria semipresencial, com palestras realizadas presencialmente aos sábados e aulas síncronas à noite por meio da plataforma Teams. Para acompanhar os conteúdos, o curso contaria com tutores responsáveis por administrar as tarefas no Moodle e sanar dúvidas dos alunos. A metodologia do curso se basearia no oferecimento sequencial de disciplinas, exigindo a aprovação na formação básica para progressão para módulos mais específicos. A abordagem metodológica priorizaria a socialização e rediscussão dos conhecimentos prévios dos alunos, enriquecendo-os por meio de novos estudos e práticas, visando à aplicação de ações inovadoras e reflexivas na prática profissional. Diversos recursos e procedimentos pedagógicos seriam oferecidos para tornar o processo de aprendizado mais dinâmico, tais como visitas a instituições-modelo e estudos de caso. O objetivo seria integrar os conteúdos oferecidos e promover a ampliação, relacionamento, questionamento e inovação dos conhecimentos, práticas e atitudes dos alunos.

Entre os meses de junho e outubro de 2022, os professores doutores da UFMG, responsáveis por ministrar os conteúdos do curso de especialização, participaram de uma imersão formativa de 45 dias em cada grupo nas universidades espanholas e portuguesas envolvidas no projeto Erasmus-Success. O objetivo dessa imersão foi aprofundar os conhecimentos nas temáticas que seriam abordadas na especialização, aprimorar as técnicas pedagógicas para o formato online e desenvolver novos conteúdos e métodos de ensino e pesquisa em suas respectivas áreas de expertise. Essa experiência proporcionou aos docentes uma oportunidade única de intercâmbio

acadêmico e cultural, enriquecendo significativamente a qualidade do curso oferecido.

Em dezembro de 2022, o curso de especialização foi aprovado pela PRPG, que autorizou a abertura da turma. Logo em seguida, em janeiro, foi divulgado o edital para a primeira turma da versão revisada da especialização, no âmbito do projeto Erasmus-Success. Em fevereiro, foi realizada a primeira seleção de candidatos, resultando no ingresso de 44 estudantes, evidenciando o interesse na especialização. Essa admissão adicional de alunos ressalta a relevância e a demanda pelo programa, consolidando-o como uma importante iniciativa de formação na área de criminologia e segurança pública. Na próxima seção, apresentamos um pouco deste perfil de estudante, suas motivações para ingresso e, ainda, as desistências de alguns estudantes ao longo do primeiro ano de condução do novo curso.

4. A primeira turma do curso de especialização Erasmus-Success: lições para a continuidade?

Nesta seção, nos utilizamos dos dados extraídos dos questionários socioeconômicos (de entrada), das justificativas para a desistência e, ainda, de entrevistas semiestruturadas realizadas com voluntários que ainda estão matriculados como estudantes do curso sobre os aspectos positivos e negativos desta formação. De acordo com Kant de Lima (2013), estratégias de formação mais voltadas para um paradigma criminológico afeito às ciências sociais são indispensáveis para a mudança de quadros destas burocracias no Brasil. Isso porque a formação do profissional de segurança pública entre nós ainda é caracterizada por uma abordagem estatal e repressiva, influenciada pela tradição jurídica brasileira, que historicamente prioriza a formação de quadros para a administração do Estado. Essa formação, centrada na obediência aos rigores da lei, muitas vezes não prepara adequadamente os policiais, promotores, defensores públicos e juízes para lidar com a complexidade e a imprevisibilidade das situações reais enfrentadas no exercício de suas funções. É no marco dessas reflexões que se sempre se situou o Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública.

Os ingressantes na primeira turma da formação constituída no marco do projeto Erasmus-Success estavam bastante de acordo com o perfil delineado por Kant de Lima (2013), sendo que a grande maioria deles era oriunda dos cursos de direito. Os dados de matrícula revelam uma forte predominância dos bacharéis em direito, representando 59,1% do total de ingressantes (26 dos 44 estudantes). Além disso, outras formações representadas incluem ciências sociais, serviço social e psicologia, demonstrando uma diversidade de origens educacionais entre os participantes. Notavelmente, a presença de

profissionais com formações menos comuns, como jornalismo, pedagogia e tecnologia em gestão financeira, indica uma abertura do curso para profissionais de diferentes campos interessados em contribuir para a compreensão e enfrentamento dos desafios relacionados à criminalidade e segurança pública.

Em razão da trajetória do CRISP/UFMG, com a sua atuação muito centrada na formação de profissionais da área de segurança pública, a maioria dos discentes inscritos na turma de 2023 já possui experiência profissional nesse campo. Isso sugere um forte interesse e envolvimento prévio dos alunos com questões relacionadas à segurança pública, o que pode ter motivado sua decisão de ingressar no Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. A presença significativa de alunos com experiência profissional anterior na área pode enriquecer o ambiente de aprendizado, trazendo uma variedade de perspectivas e experiências para as discussões em sala de aula. Por outro lado, a minoria dos alunos (oito de 44 inscritos) que ainda não têm experiência profissional na área pode representar uma oportunidade de aprendizado e desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades relacionados à segurança pública durante o curso. Ou seja, a maioria dos estudantes não apenas são formados em Direito, mas também estão atuando como profissionais de segurança pública (23 dos 44 discentes estão nestas duas categorias).

Os estudantes da especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública apresentam uma variedade de áreas de atuação, incluindo desde profissionais que atuam diretamente na aplicação da lei, com representantes da Polícia Militar, Policial Penal e Guarda Municipal, até aqueles envolvidos com serviços de justiça, com a presença de Promotores e Defensores Públicos. Além disso, há estudantes ocupando cargos estratégicos em instituições relacionadas à prevenção da criminalidade, com cargos de assessoria, coordenação e diretoria, sendo esses os sujeitos que não possuem formação em direito. Por outro lado, há também aqueles envolvidos em atividades de pesquisa e análise, como assistentes em laboratórios acadêmicos e Observatórios de Segurança Pública. Essa variedade de áreas de atuação dos estudantes ilustra a natureza interdisciplinar e abrangente do campo da segurança pública, destacando a importância de uma abordagem holística e colaborativa para promover a segurança e o bem-estar da comunidade.

É interessante destacar que a maioria dos discentes do curso é do sexo feminino (29 dos 44 alunos). Essa informação contrasta diretamente com as análises sobre distribuição por sexo dentro das organizações de

segurança pública, justiça criminal e execução penal revele uma prevalência de homens, dado o entendimento de que as atividades de aplicação da lei ainda são vistas, no Brasil, como uma função essencialmente masculina (Ribeiro, 2018). Essa disparidade de gênero pode refletir tendências mais amplas na educação superior, onde as mulheres têm se destacado cada vez mais em cursos de pós-graduação. Além disso, essa diferença também pode refletir padrões culturais, como a maior demanda de formação para a promoção de mulheres, enquanto entre os homens essa demanda não é colocada de forma tão específica (Silva, Rudnick, Campos, 2023). Para testar essa hipótese, contrastamos as informações sobre a experiência acadêmica anterior do discente e o sexo, o que nos permitiu constatar que a maioria dos discentes do sexo feminino possui outra especialização, enquanto a maioria dos discentes do sexo masculino não possui, reforçando a pressão que as mulheres possuem em termos de maior formação para que possam ascender na carreira e serem reconhecidas como boas profissionais na área de segurança pública.

Em suas cartas de motivação, que são um requisito indispensável para a inscrição no processo seletivo, os estudantes afirmaram que optaram por este curso por uma miríade de razões, incluindo interesse na temática do sistema prisional e o desejo de contribuir para criar um sistema penitenciário mais humanizado. Aqui é importante destacar que essa foi uma das temáticas incluídas especificamente a partir do mapeamento de necessidades. Essa informação, por si só, aponta para a relevância de os planos de estudos formativos serem voltados para demandas reais dos profissionais deste campo, o que só foi possível no âmbito do projeto Erasmus-Success em razão do mapeamento de necessidades desenvolvido a partir da supervisão do instituto espanhol Crimina.

Alguns discentes disseram optar pelo curso do CRISP/UFMG na versão reformulada dentro do Erasmus-Success dado o desejo em formular, implementar e avaliar políticas de segurança pública, na área da criminalidade e segurança pública, e entender melhor as perspectivas criminológicas. Essa também era uma das motivações para a criação da nossa especialização, haja vista a premência de se desenvolver abordagens mais sofisticadas e contextualizadas para enfrentar os desafios das altas taxas de criminalidade no Brasil em um contexto de construção de Estado Democrático de Direito. Por fim, alguns estudantes apresentaram em suas cartas de motivação o objetivo de contribuir para a produção acadêmica e para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a prevenção da criminalidade e violência, algo alinhado com os desafios da construção de um conhecimento criminológico com sotaque, como destacado por Olmo (1999).

Dos 44 discentes que ingressaram em 2023, a maioria, representada por 36 pessoas, ainda são alunos do curso de especialização. Por outro lado, oito alunos optaram por desistir desta formação, o que sugere uma taxa de desistência relativamente baixa (em torno de 18%). As razões para a desistência variaram consideravelmente, incluindo desde questões pessoais até dificuldades encontradas durante o curso. Por exemplo, o Aluno 1 decidiu desistir do curso devido à sua recente nomeação como Secretário Adjunto de uma Secretaria Municipal de Segurança Pública, o que exigia sua total atenção e dedicação, impossibilitando-o de continuar o curso. Já o Aluno 2 optou por desistir devido ao acúmulo de responsabilidades, especialmente devido à preparação para concursos públicos, o que tornaria difícil conciliar os estudos para o concurso com as atividades do curso de especialização. O Aluno 4, por sua vez, expressou sua preocupação em relação à estrutura do curso de especialização, destacando que a carga de disciplinas e atividades proposta era incompatível com sua rotina e compromissos profissionais, tornando inviável acompanhar o programa de estudos. O Aluno 5 comunicou sua decisão de desistir do curso devido a questões de saúde mental, afirmando que, em meio a crises depressivas e adaptações de medicamentos, não estava em condições de acompanhar as atividades do curso de forma adequada. Já Aluno 6, diante de uma imprevista mudança na data de um importante concurso, percebeu que seria difícil conciliar os estudos para o certame com as demandas do curso de especialização, considerando a extensa quantidade de conteúdo a ser absorvido e a necessidade de deslocamento para participar de avaliações e arguições. Essas situações evidenciam a complexidade das decisões dos alunos em relação à continuidade dos estudos e ressaltam a importância de flexibilidade e apoio institucional para lidar com circunstâncias imprevistas.

No entanto, o Aluno 8 apresentou como justificativa exatamente os problemas apontados por Goyes e Sozzo (2023) em termos da colonialidade da proposta do projeto Erasmus-Success. Em sua longa carta de desistência, o aluno expressou sua decepção e frustração com a falta de discussão sobre o racismo e a marginalização da perspectiva racial dentro do currículo formativo, ao contrário da proposta pedagógica que colocava raça, gênero e mecanismos de poder como parte de todas as disciplinas. Ele destacou que, apesar das expectativas levantadas durante a divulgação do curso, a disciplina de teoria criminológica negligenciou completamente a questão racial, o que ele considera problemático e sintomático de um racismo institucional e epistemológico. Uma das críticas mais marcantes do aluno é quando ele destaca que "Nenhum currículo é neutro", argumentando que a escolha do professor em não abordar a questão racial é uma negligência grave. A ausência de autores negros na

bibliografia das demais disciplinas do curso também é apontada como uma falha significativa, sugerindo uma lacuna na representatividade e na diversidade de perspectivas. Essa preocupação se reflete nas críticas levantadas pelos autores Goyes e Sozzo (2023), que questionam a importação de perspectivas criminológicas do Norte Global para a América Latina através de projetos como o Erasmus-Success.

Além disso, o Aluno 3 expressa preocupação com a forma como o curso trata a questão da evidência e da metodologia, argumentando que a exclusão da variável racial das pesquisas constitui uma contradição grave, especialmente em um contexto onde se fala tanto em basear políticas em evidências. Ele resalta a importância de considerar a questão racial como uma variável chave na compreensão da criminalidade e da segurança pública, destacando que essa exclusão é prejudicial e contribui para a reprodução de sistemas de opressão. Essa perspectiva é reforçada por Lola Aniyar de Castro (1985), que resalta a necessidade de uma comunicação criminológica recíproca e sem predominância de relações superiores-inferiores.

Portanto, a análise apresentada pelos alunos 3 e 8 está muito alinhada não apenas com a que Goyes e Sozzo (2023) fazem do projeto Erasmus-Success como um todo, como também com os pontos abordados por Olmo (1999) e Aniyar de Castro (1985) sobre a desconexão entre as teorias do norte e a realidade do sul global, marcadas pelo legado da escravidão e de relações de poder que são oriundas do colonialismo. Ou seja, os estudantes desistentes reforçam a importância de uma abordagem criminológica que considere as especificidades e as demandas da América Latina, em contraposição à transferência de perspectivas estrangeiras, como proposto pelo projeto Erasmus-Success.

A continuidade de 36 alunos na especialização em segurança pública, formulada no âmbito do projeto Erasmus-Success, destaca o potencial significativo dessa iniciativa para o fortalecimento da criminologia na América Latina. Esses alunos representam uma oportunidade de disseminar conhecimentos e práticas atualizadas no campo da segurança pública, capacitando profissionais-chave para enfrentar os desafios complexos relacionados à criminalidade e à justiça criminal na região. Além disso, sua permanência no curso sugere que eles reconhecem o valor das parcerias internacionais e estão comprometidos em aproveitar ao máximo os recursos oferecidos para aprimorar suas habilidades e contribuir para soluções inovadoras e contextualmente relevantes para os problemas de segurança pública na América Latina.

Para entender as potencialidades do curso de especialização atual, entre os dias 30 de janeiro de 2024 e 14 de fevereiro de 2024, foi enviado um formulário

online para todos os 36 discentes ainda matriculados no curso, buscando avaliar diferentes aspectos da especialização em segurança pública formulada no âmbito do projeto Erasmus-Success. As questões incluíam se a especialização atendeu às expectativas dos alunos, se proporcionou aprendizado prático e teórico de qualidade, se havia sugestões ou comentários para melhorias, e se os alunos recomendariam a especialização, com justificativas. Os questionários foram enviados de forma não identificada, garantindo o anonimato das respostas dos alunos.

Das 36 pessoas que compunham o nosso universo (discentes ainda matriculados na turma de 2023), 19 decidiram voluntariamente responder à demanda durante o período de férias escolares. Esse número de respostas representa cerca de metade do total de estudantes, o que, embora não seja uma adesão total, revela um interesse significativo por parte dos alunos em fornecer feedback sobre a especialização. É importante considerar que essa atividade foi realizada voluntariamente durante o período de férias, quando os alunos podem estar menos inclinados a se envolverem em atividades relacionadas ao curso. Portanto, o fato de quase metade dos estudantes terem optado por participar da avaliação demonstra um nível de comprometimento e interesse na melhoria contínua da qualidade do programa.

Como todas as questões eram dissertativas, as respostas foram agrupadas em três categorias principais: qualidades, problemas e sugestões. Na primeira categoria, denominada de “qualidades” os alunos destacam o aprendizado como de grande valia, ressaltando a relevância e validade do conteúdo ministrado para o trabalho na área de segurança pública, além da qualidade técnica e do enfoque teórico crítico e reflexivo proporcionado. Além disso, a presença de professores referências em suas áreas de atuação contribui significativamente para a qualidade do ensino, sendo estes reconhecidos pela sua qualificação e expertise. A relação custo-benefício é percebida como vantajosa, assim como a credibilidade da titulação obtida ao final do curso. A abordagem multidisciplinar do planejamento em segurança pública é valorizada, assim como o acolhimento por parte dos organizadores do curso. A instituição é vista como referência na área, oferecendo ainda possibilidades de bolsa e oportunidades de conexão no ambiente acadêmico e no universo da atuação na segurança. Por fim, os alunos destacam que o curso dispõe de conhecimentos e ferramentas que agregam valor ao trabalho desenvolvido na área, tanto em termos práticos quanto conceituais.

Na categoria “problemas”, os alunos levantaram algumas questões que merecem atenção por parte da equipe responsável pelo curso de especialização em

segurança pública. Entre elas, destaca-se a percepção de que o aprendizado teórico é maior que o prático, evidenciando uma necessidade de maior ênfase em atividades práticas e aplicadas. Além disso, houve críticas à disponibilização do cronograma com antecedência por parte de alguns professores, o que pode dificultar o planejamento dos alunos. A didática no contexto de atuação em campo também foi ressaltada como um ponto de melhoria, indicando a necessidade de uma abordagem mais prática e próxima da realidade profissional. Os alunos também destacaram uma lacuna na aplicação prática em relação aos desafios cotidianos dos profissionais, sugerindo uma maior integração entre a teoria e a prática. A plataforma utilizada no curso foi considerada um pouco limitada, e a quantidade reduzida de encontros presenciais foi apontada como um fator negativo. Além disso, houve críticas à quantidade excessiva de demandas de atividades, bem como à percepção de desorganização, professores desatualizados e conteúdo ultrapassado. O volume elevado de textos, exercícios e carga de dedicação também foi mencionado como um desafio para os alunos. Esses problemas sinalizam áreas específicas que podem ser aprimoradas para melhor atender às necessidades dos estudantes e proporcionar uma experiência de aprendizado mais completa e satisfatória.

Por fim, na categoria “sugestões”, os alunos destacaram a necessidade de uma aplicação prática mais didática e acessível dos conhecimentos abordados, visando uma melhor compreensão de problemas práticos e específicos da realidade brasileira. Trata-se, assim, de um dos pontos destacado por Carrington; Hogg; Sozzo (2016), sobre a necessidade de não importação de modelos e, ainda, de criação de uma teoria criminológica sulista, que considere o legado da escravidão e do machismo na região. Nessa direção, os alunos também expressaram o desejo de uma maior inclusão de temas como teorias criminológicas feministas e decoloniais, debates de gênero, masculinidades e raça, de forma mais aprofundada, o que reforça, assim, a análise feita pelos autores latino-americanos sobre o não transplante de teorias do norte para o sul.

Em termos pedagógicos, os alunos propuseram a padronização das atividades, uma melhor organização dos horários, avaliações e professores, bem como o início do curso com disciplinas mais acessíveis, em vez de estatística. Houve ainda sugestões para aumentar o foco nas disciplinas voltadas especificamente para a segurança pública, reduzindo aquelas voltadas para áreas de exatas, e para promover mudanças nos métodos de avaliação e na abordagem das disciplinas consideradas mais desafiadoras. Nesta dimensão, a sugestão foi a realização de mais encontros presenciais, a não intercalação de aulas diferentes na mesma

semana, a proposição de exercícios menos extensos e com mais possibilidades de interação, bem como o estabelecimento de parcerias para intercâmbio e a inclusão de explicações mais introdutórias sobre o Sistema de Segurança Pública.

Portanto, os insights fornecidos pelos alunos em relação à especialização desenvolvida no âmbito do projeto Erasmus-Success destacam a importância de fortalecer e unir a rede estabelecida por esse projeto. Diante dos desafios e das sugestões apresentadas pelos participantes, fica evidente a necessidade de uma colaboração mais estreita entre as instituições envolvidas na elaboração e execução do curso. Uma rede mais coesa e colaborativa permitiria uma troca mais eficaz de experiências e conhecimentos, além de facilitar a implementação de mudanças e melhorias no programa. Além disso, os resultados dos questionários sugerem a necessidade de uma possível reformulação do curso de especialização, a fim de incorporar as demandas e sugestões dos alunos. Isso poderia envolver ajustes no conteúdo, metodologia de ensino, organização do curso e formas de avaliação, visando garantir uma experiência de aprendizado mais completa e satisfatória para os participantes. Uma rede mais forte e coesa, aliada a uma reformulação orientada pelas demandas dos alunos, seria essencial para enfrentar os desafios e promover melhorias significativas na especialização em segurança pública oferecida pelo projeto Erasmus-Success, especialmente no momento em que o CRISP/UFMG está às voltas com o processo seletivo para ingresso de discentes da turma de 2024.

5. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar algumas reflexões sobre os estudos de criminalidade e segurança pública dentro da Universidade Federal de Minas Gerais a partir da experiência do curso de especialização, que foi reformulado em razão do projeto Erasmus-Success, desenvolvido por essa instituição entre os anos de 2020 e 2023. Para tanto, apresentamos as inspirações do projeto Erasmus-Success e seus objetivos, destacando a sua intenção de fortalecer a criminologia na América Latina, por meio de parcerias internacionais e intercâmbio de conhecimentos entre Portugal e Espanha (de um lado) e América do Sul (representada por Brasil, Colômbia e Peru).

Foi no marco deste projeto que surgiu a oportunidade para a reformulação do Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, sediado na UFMG, e que possuía duas décadas de existência quando o projeto Erasmus-Success chegou ao CRISP/UFMG em 2020. Assim, detalhamos o processo de desenvolvimento do novo curso de especialização, mostrando a relevância de uma proposta pedagógica desenvolvida com base no mapeamento de

necessidades, para a atração de profissionais do sistema de segurança pública, justiça criminal e execução penal. Para verificar a aderência entre a nova proposta e o público captado na seleção, analisamos os perfis dos ingressantes do curso em 2023, no marco de desenvolvimento do projeto Erasmus-Success.

Ao esmiuçarmos as percepções dos estudantes do Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública sediado na UFMG, emergem desafios e oportunidades significativas. O processo de desenvolvimento do novo curso revela um esforço para atender às demandas dos profissionais de segurança pública no Brasil, embora as razões para desistência apontem para questões a serem enfrentadas, como a necessidade de uma abordagem mais prática e acessível, além de uma maior organização e atualização do conteúdo, bem como a inclusão de conteúdos que sejam mais concatenados com a história colonial brasileira. Nesse sentido, a seleção de estudantes para a turma de 2024 deve levar em consideração não apenas os critérios tradicionais, mas também as lições aprendidas com a experiência anterior, visando aprimorar ainda mais a formação oferecida e contribuir efetivamente para a qualificação dos profissionais de segurança pública no Brasil.

Portanto, os resultados revelam que o projeto Erasmus-Success trouxe contribuições significativas para o fortalecimento da criminologia na América Latina, por meio da colaboração internacional e da transferência de conhecimentos entre universidades europeias e latino-americanas. Especificamente, é possível afirmar que o projeto contribuiu para a expansão na formação em criminologia dentro do CRISP/UFMG. No entanto, há desafios em distinguir ideias endógenas de proposições estrangeiras, dada a complexidade das trocas globais de conhecimento. Diante disso, surge a necessidade de uma rede mais coesa e uma possível reformulação do curso de especialização para incluir as demandas dos alunos, destacando a importância de uma abordagem criminológica sensível às especificidades da América Latina e das perspectivas decoloniais.

Referências

- Adorno, S. (1995). Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, 43, 45-63.
- Alvarez, M. C. (2002). A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados*, 45, 677-704.
- Ballesteri, R. (2010). Experiência: Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Brasília: ENAP. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/260>. Acesso em 27 de julho de 2020.
- Beato, C. (2008). *Compreendendo e avaliando: projetos de segurança pública*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Campos, M. da S., & Alvarez, M. C. (2017). Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016). In *Sociologia brasileira hoje* (pp. 143-216). São Paulo: Ateliê.
- Carrington, K., Hogg, R., & Sozzo, M. (2016). *Southern Criminology*. *British Journal of Criminology*, 56(1), 1-20.
- Castro, L. A. (1985). Fundamentos, aportes y líneas de desarrollo posibles de una criminología de la liberación. *Nuevo Foro Penal*, 29, 351.
- Ferreira, D. V. de S., Rossoni, L., & Oliveira, C. R. de. (2022). Lógicas institucionais do policiamento comunitário: esquema analítico e agenda de pesquisa para o contexto brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 56, 134-162.
- Goyes, D. R., & Sozzo, M. (2023). Latin American criminologies: origins, trajectories and pathways. *Justice, Power and Resistance*, 6(1), 2-18.
- Huggins, M. K. (2013). Modern institutionalized torture as state-organized crime. In *State crime in the global age* (pp. 94-113). Willan.
- Kant de Lima, R. (2013). Entre as leis e as normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6(4), 549-580.
- Kopittke, A. L. W., & Ramos, M. P. (2021). O que funciona e o que não funciona para reduzir homicídios no Brasil: uma revisão sistemática. *Revista de Administração Pública*, 55, 414-437.
- Lima, R., et al. (2016). Avaliação de resultados da rede nacional de altos estudos em segurança pública (RENAESP). In *Pensando a segurança pública - volume 6*. Brasília: Ministério da Justiça.
- Madeira, L. M., & Rodrigues, A. B. (2015). Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. *Revista de Administração Pública*, 49, 3-22.
- Marques, A. (2017). *Humanizar e expandir: Uma genealogia da segurança pública em São Paulo*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Olmo, R. del. (2004). *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Olmo, R. del. (1999). The development of criminology in Latin America. *Social Justice*, 26(2 vol. 76), 19-45.
- Ribeiro, L. (2018). Polícia Militar é lugar de mulher? *Revista Estudos Feministas*, 26, e43413.
- Ribeiro, L., & Correa, R. M. (2013). Recent books on crime and police in Brazil. *Police Practice and Research*, 14(4), 338-346.
- Ribeiro, L., & Teixeira, A. (2017). O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*.
- Sapori, L. F. (2007). *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Silva, J. K., Rudnicki, D., & Campos, C. H. (2023). Percepções sobre a igualdade entre homens e mulheres na Polícia Militar do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 17(1), 254-269.
- Soares, L. E. (2007). A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, 21(61), 77-97.
- Vander Laenen, F. (2015). Not just another focus group: making the case for the nominal group technique in criminology. *Crime Science*, 4(1), 1-12.
- Vasconcelos, F. T. R. (2017). As ciências sociais brasileiras e a formação do "campo da segurança pública". *Revista Brasileira de Sociologia*, 5(9), 33-58.

